ENTRE NÓS

02 / NOV 2026

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

O Brasil que atrai o futuro

Capital produtivo e reservas podem abrir espaço para uma queda mais rápida dos juros.



Imagem ilustrativa gerada por IA

Júnior José Boeri

Empresário e administrador

Olhar além da próxima reunião

UM ARTIGO DE OPINIÃO DE JÚNIOR JOSÉ BOERI

O Brasil precisa olhar para a política de juros com a mesma perspectiva de longo prazo exigida de quem investe em uma fábrica, em energia ou em infraestrutura. Há decisões que amadurecem em anos. Uma taxa básica muito elevada durante períodos prolongados pode reduzir a viabilidade desses projetos e retardar a expansão da capacidade de produzir.

Minha opinião é que as vantagens do país para atrair investimento produtivo merecem pesar mais na avaliação do espaço para reduzir a Selic. Recursos naturais, energia renovável, um mercado amplo e oportunidades de infraestrutura sustentam uma tese que atravessa o calendário de uma reunião do Banco Central.

Defendo uma transição para juros menores em ritmo mais ambicioso, baseada em condições verificáveis: preservar a confiança nas contas públicas e usar as reservas para suavizar movimentos cambiais desordenados. Enquanto isso, acompanhar os aportes efetivos que podem sustentar o financiamento externo.

> A força produtiva do país deve participar do debate sobre o custo do dinheiro.

NESTA EDIÇÃO

03 Vantagens de longo prazo

04 Os dados externos

05 A ponte das reservas

06 O debate dos juros

07 Produzir e investir

08 Fontes e notas

Vantagens que atravessam décadas

Uma usina, uma linha de transmissão ou um projeto industrial depende de demanda futura, infraestrutura, regras previsíveis e financiamento viável. Juros menores, acompanhados de estabilidade, podem melhorar essa conta.

A Agência Internacional de Energia identifica vantagens brasileiras na eletricidade renovável e nos biocombustíveis. Também aponta o custo elevado do capital como obstáculo ao aproveitamento dessas oportunidades.[2]

ENERGIA

Base renovável e experiência em biocombustíveis.

MINERAIS

Recursos relevantes para novas cadeias industriais.[9]

INFRAESTRUTURA

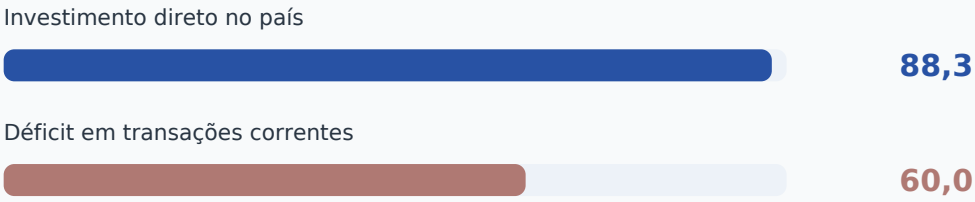
Projetos com implantação e operação de longo prazo.

Há escala em jogo. O Ministério de Minas e Energia mapeou mais de R$ 1,2 trilhão em investimentos em execução até 2032 e potencial de R$ 4 trilhões até 2035.[3] São investimentos totais, de fontes nacionais e estrangeiras. A carteira evidencia projetos de longa duração, mas seu valor não equivale a uma entrada garantida de dólares.

Os números dão base ao debate

Os dados externos oferecem uma base relevante para essa discussão. Nos 12 meses até setembro de 2026, os investimentos diretos no país superaram o déficit em transações correntes.[1]

FLUXOS EM 12 MESES ATÉ SETEMBRO / US$ BILHÕES



Cobertura estatística: aproximadamente 147%

US$ 362,8 BILHÕES EM RESERVAS

Estoque ao fim de setembro. Diferente dos fluxos anuais acima.[1]

Essa cobertura estatística é favorável ao financiamento externo. Seu valor, porém, não corresponde a dólares disponíveis para compensar qualquer saída financeira. Também entram na conta aplicações de brasileiros no exterior, pagamentos de dívidas e outros fluxos.

A composição importa: dos US$ 11,3 bilhões de investimento direto registrados em setembro, US$ 3,8 bilhões eram lucros reinvestidos.[1] Eles permanecem no país, mas seu registro não envolve uma nova operação de câmbio.[8] Além disso, investimento direto inclui participações em empresas e operações intercompanhia; o total não mede apenas novos projetos produtivos.

Reservas para atravessar a transição

Uma Selic menor pode reduzir a atração do capital financeiro de curto prazo. As reservas internacionais ajudariam a atravessar o intervalo entre possíveis saídas e a chegada de aportes voltados aos negócios por muitos anos. Essa é a ponte que considero importante discutir.

A intervenção deve ter objetivo claro e caráter temporário, preservando a capacidade do câmbio de responder às condições econômicas. O FMI reconhece o uso de intervenções como instrumento complementar, inclusive durante ajustes de política que precisam de tempo para ocorrer.[6]

O calendário dos recursos é decisivo. Projetos anunciados precisam virar contratos, desembolsos e operação. A redução dos juros pode melhorar a viabilidade dos negócios, mas o ritmo dos aportes exige acompanhamento. Uma transição bem desenhada deve mostrar entradas efetivas sustentando o mercado e uma necessidade decrescente de intervenção.

01 **Cortes graduais**
Acompanhar inflação e confiança.

02 **Intervenção temporária**
Suavizar desordem no câmbio.

03 **Aportes efetivos**
Verificar a chegada dos recursos.

> A ponte precisa levar a um fluxo de recursos que se sustente.

Uma provocação que merece exame

André Lara Resende recoloca o custo da dívida no centro da discussão. Em artigo de 25 de setembro, propõe coordenação fiscal e monetária e uma redução gradual da Selic para cerca de 7,5% em aproximadamente 12 meses, mantendo a meta de inflação em 3%.[4]

Seu argumento é que juros menores podem melhorar a trajetória da dívida, a confiança e o comportamento dos preços. A relação entre cortes e inflação depende de hipóteses teóricas debatidas. Considero valiosa a provocação de incluir os juros na avaliação do equilíbrio fiscal, sem tratar a inflação resultante como um efeito garantido.

R$ 70,8 bilhões

Efeito estimado de uma redução de 1 ponto percentual na Selic, mantida por 12 meses, sobre a dívida líquida do setor público.[5]

Estimativa isolada: o resultado do pacote também depende de inflação, câmbio e decisões fiscais.

A estratégia de reservas e investimento produtivo pode ampliar o espaço monetário pelo canal cambial. Isso precisa ser avaliado junto aos efeitos dos juros sobre crédito, demanda e expectativas.[7] O ritmo de redução deve se apoiar nas condições observadas.

> O custo dos juros integra o equilíbrio fiscal.

Juros menores, capacidade maior

Defendo uma queda dos juros acompanhada de investimento em capacidade produtiva e preservação da confiança. A economia no serviço da dívida deve ajudar a estabilizar as contas públicas. Sua conversão integral em novos compromissos permanentes enfraqueceria esse objetivo.

Também é essencial observar a oferta. Um investimento pode exigir importação de máquinas antes de gerar produção e exportações. O crédito mais barato pode estimular o consumo antes de os novos projetos entrarem em operação. O ritmo dos cortes precisa acompanhar o câmbio, as expectativas e a inflação doméstica.[7]

Essa atenção à execução fortalece a estratégia. Reservas, financiamento externo e capacidade produtiva precisam ser considerados em conjunto, com ajustes quando os dados exigirem.

Vejo no Brasil uma oportunidade de longo prazo. Cabe transformar suas vantagens em projetos viáveis e tornar progressivamente mais acessível investir e produzir no país.

> A força produtiva do Brasil precisa aparecer também no custo do seu dinheiro.

Júnior José Boeri

Empresário e administrador | 2 de novembro de 2026

Fontes e notas de leitura

Artigo de opinião. Os posicionamentos e as hipóteses de transição são do autor. Os dados têm os períodos indicados; carteiras de projetos representam execução ou potencial, conforme a fonte. Consulta e corte de informações: 02/11/2026.

[1] Banco Central do Brasil
Estatísticas do setor externo, 26/10/2026. Dados até setembro. Acessar fonte

[2] Agência Internacional de Energia
Brazil 2025, resumo executivo. Energia e custo do capital. Acessar fonte

[3] Ministério de Minas e Energia
Book de Empreendimentos 2026, divulgação de 26/02/2026. Acessar fonte

[4] André Lara Resende
Eu Acuso: uma proposta para eliminar os juros absurdos, 25/09/2026. Acessar fonte

[5] Banco Central do Brasil
Estatísticas fiscais, 29/10/2026. Sensibilidade da dívida à Selic. Acessar fonte

[6] Fundo Monetário Internacional
Integrated Policy Framework: princípios para intervenções cambiais, 2023. Acessar fonte

[7] Banco Central do Brasil
Mecanismos de transmissão da política monetária. Acessar fonte

[8] Banco Central do Brasil
BPM6, Nota Metodológica 3: investimento direto e lucros, 2015. Acessar fonte

[9] Ministério de Minas e Energia
Guia do Investidor 2026: recursos e cadeias de minerais críticos. Acessar fonte

---

Sobre o autor
Júnior José Boeri é empresário e administrador. Atua no varejo e escreve sobre gestão, economia e desenvolvimento.